

A Extensão na Educação Profissional e Tecnológica: os estágios não obrigatórios e possíveis contribuições para a transformação social

Extension in Professional and Technological Education: non-compulsory internships and possible contributions to social transformation

Recebido: 31/03/2023 | **Revisado:** 29/06/2023 | **Aceito:** 29/06/2022 |
Publicado: 19/07/2023

Laiane Frescura Flores

ORCID:<https://orcid.org/0000-0001-7600-4698>
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
E-mail: laiane.flores@sou.unijui.edu.br

Magalia Gloger dos Santos Almeida

ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-9314-4016>
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
E-mail: magalia.almeida@sou.unijui.edu.br

Melissa Welter Vargas

ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-0169-3246>
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
E-mail: melissa.vargas@sou.unijui.edu.br

Nelson José Thesing

ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-8563-1746>
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br

Pedro Luís Büttenbender

ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-7011-8552>
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
E-mail: pedrolb@unijui.edu.br

Como citar: FLORES, L. F.; A Extensão na Educação Profissional e Tecnológica: os estágios não obrigatórios e possíveis contribuições para a transformação social. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-19, e15250, Jul. 2023. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

A educação profissional e tecnológica sustenta-se pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições dos estágios não obrigatórios, para a formação acadêmica e profissional de estudantes e sua repercussão na transformação social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, caracterizando-se como estudo de caso. Como resultados, se evidenciou a relevância de uma ação de extensão, mais especificamente dos estágios não obrigatórios, para o desenvolvimento de habilidades e competências, sendo um caminho importante que une teoria e prática bem como para a qualificação profissional, proporcionando amadurecimento, trocas de experiências, autoconhecimento e emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Institutos Federais; Extensão; Estágios não obrigatórios.

Abstract

Professional and technological education is supported by the inseparability between teaching, research, and extension. This article aims to analyze the contributions of non-compulsory internships to the academic and professional training of students and their impact on social transformation. This is a qualitative, bibliographical, and documentary research, characterized as a case study. As a result, the relevance of an extension action was shown, more specifically non-mandatory internships, for the development of skills and competencies, being an important path that unites theory and practice, as well as for professional qualification, supplying maturation, exchanges of experiences, self-knowledge, and emancipation of subjects.

Keywords: Professional and Technological Education; Federal Institutes; Extension; non-compulsory internships.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira é constituída por diferentes níveis e modalidades de ensino. Os Institutos Federais foram criados a partir da lei nº 11.892/2008, nos termos do artigo 6º: “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (BRASIL, 2008b, p.4). Assim, os Institutos são instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Portanto, a Constituição de 1988, em seu artigo 207, oficializa e legitima as ações de extensão, dispõe que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

Deste modo, as ações de extensão configuram-se como um elo qualificador entre o ensino e a formação dos estudantes, constituindo-se como espaços de trocas de experiência, de construção de novos saberes, que de forma colaborativa e de relações de parceria, estabelecem e constroem relações transformadoras, capazes de contribuir com o processo do desenvolvimento.

No que tange ao processo de desenvolvimento, o presente artigo aponta resultados de um Projeto de Pesquisa, desenvolvido no Instituto Federal Farroupilha - *Campus* São Borja (IFFar), tendo como objetivo analisar as contribuições dos estágios não obrigatórios, para a formação acadêmica e profissional dos estudantes e sua repercussão na transformação social.

Vários estudos vêm sendo realizados sobre a temática dos estágios, abordando, principalmente, questões sobre as práticas dos estágios obrigatórios realizados por estudantes vinculados aos cursos de licenciatura. Também destacam-se os trabalhos de Medeiros Neta *et al.* (2018), que exploram a extensão e a formação na educação profissional; Domenech *et al.* (2021) e Gomes (2018), que abordam a pesquisa e a extensão em estudos de caso Catarinense e Potiguar; Oliveira Basso e Costa (2018), que abordam referências iniciais sobre as potencialidades da extensão via educação à distância; Peres (2020), que aborda a importância da extensão e dos estágios na formação humana integral e o reflexo social.

Portanto, fazem-se necessários estudos que explorem a perspectiva dos estágios não obrigatórios e suas possíveis contribuições para a qualificação profissional de estudantes de diferentes cursos, assim como possíveis contribuições para a transformação social, na perspectiva da extensão na educação profissional e tecnológica. Esse recorte justifica, assim, a abordagem relevante, inovadora e diferenciada desta pesquisa e resultados gerados.

Para melhor compreensão, o artigo encontra-se dividido em seções. Além desta introdução, na segunda seção apresenta-se uma breve descrição sobre os tópicos norteadores do estudo; na terceira descreve-se o caminho metodológico utilizado; na quarta seção são apresentadas as análises e discussões dos resultados da pesquisa; e a última seção apresenta as considerações finais.

2 A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: OS ESTÁGIOS COMO PRÁTICAS FORMATIVAS

A extensão no IFFar é compreendida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho local e regional, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural sustentável, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2019b). Ainda, a ação extensionista, configura-se como a prática acadêmica que interliga a Instituição nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas das comunidades de abrangência de suas unidades, contribuindo para a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento, priorizando a superação das desigualdades sociais (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2019a).

Conforme Nogueira (2000), as diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, pactuados no Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), de forma ampla e aberta, são as seguintes: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante, e Impacto e Transformação Social.

Logo, não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade” (FORPROEX, 2007, p. 18), mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social por meio da troca de saberes e experiências pautando as “[...] relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica [...], construindo uma interação e “[...] inter-relação de organizações, profissionais e pessoas” (FORPROEX, 2007, p. 18).

As ações de Extensão no Instituto Federal Farroupilha estão voltadas às seguintes áreas de atuação: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho. Deste modo, estão organizadas em Dimensões Operativas, em consonância com o conjunto de ações desenvolvidas pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2019a), a saber:

- a) Projetos voltados ao desenvolvimento tecnológico;
- b) Projetos sociais;
- c) **Estágio e Emprego**;
- d) Cursos de extensão ou Formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional;
- e) Projetos culturais, artísticos, científicos, tecnológicos e esportivos;
- f) Visitas técnicas;
- g) Empreendedorismo e associativismo;
- h) Acompanhamento de egressos;
- i) Projetos ambientais.

Diante do exposto, os estágios enquadram-se como uma das dimensões das práticas de extensão, realizadas nos ambientes acadêmicos das universidades e dos institutos federais, constituindo-se como um significativo e qualificador espaço de trocas de saberes e experiências aos estudantes.

Os estágios (obrigatórios ou não) objetivam atender às demandas de formação prática requeridas pelas organizações. Além disso, ao longo dos anos, tornaram-se importantes meios de inserção profissional progressiva, estimulando escolas e universidades a ampliarem sua prática. O principal objetivo de alguns estágios em semestres ou anos iniciais é a familiarização – ou iniciação – às atividades do curso no qual o estudante está matriculado, enquanto os realizados mais ao final da formação exercem função importante como meio de inserção profissional (RITNER, 1999).

A Lei nº 11.788/2008, define estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Logo, o estágio não obrigatório é aquele em que o estudante realiza por vontade própria, uma vez que não há obrigatoriedade de realização, conforme sua grade curricular de curso. A referida lei ainda define o seguinte:

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá **receber bolsa** ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, **sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.**

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação (BRASIL, 2008, grifos nossos).

Assim, o estágio pode ser visto como parte integrante da formação profissional do estudante, preparando-o para o mundo do trabalho. É importante ressaltar que o estágio não gera vínculo empregatício, ou seja, não é considerado um trabalho, e sim parte da formação educacional e profissional do estudante. Esse fato pode ser evidenciado também pela jornada de trabalho que não poderá exceder 30 horas semanais (BRASIL, 2008a).

Durante o curso de graduação, começam a ser construídos os saberes, as habilidades, posturas e atitudes que formam o profissional. Em períodos de estágio, esses conhecimentos são ressignificados pelo aluno estagiário a partir de suas

experiências pessoais em contato direto com o campo de trabalho que, ao longo da vida profissional, vão sendo reconstruídos no exercício da profissão (ALMEIDA; PIMENTA, 2014, p. 73).

No sentido histórico, o trabalho assume a forma de trabalho assalariado ou fator econômico dentro do sistema capitalista e, portanto, assume a forma de categoria econômica e prática produtiva. Desse modo, pelo primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo, à medida que proporciona a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, e pelo segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo (RAMOS, 2004).

Ao mesmo tempo, configura-se como um momento de formação no qual se privilegiam dois aspectos básicos e interligados: o contato com o cenário profissional real e a função de encontro. Os estudantes saem das aulas para se encontrarem com a realidade de um ambiente profissional real, e essa experiência possibilita outros múltiplos encontros que podem ser: o contato com outros estudantes, com a instituição, com os profissionais, com a profissão, com clientes, com ideias prévias, preconceitos e expectativas, com a teoria e consigo mesmo (ZABALZA, 2014). Essa vivência socializadora permite ao estagiário imergir mais profundamente na cultura da profissão e nas relações ali estabelecidas e, dessa forma, contribui para a construção e fortalecimento da sua identidade profissional.

Para Freire (2017), as ações vivenciadas e compartilhadas entre os sujeitos possibilitam o confronto das suas experiências e necessitam de intervenções e interações de todos os envolvidos, proporcionando transformações sobre os problemas enfrentados. Para isso, é indispensável uma busca constante de suas demandas, a qual implica em inovação e em reinvenção de suas ações.

Corroborando com esse entendimento, Pimenta e Lima (2017) reforçam o preceito de imersão profissional como aprendizado da profissão ao afirmarem que o curso, o estágio, as aprendizagens das demais disciplinas e experiências e vivências dentro e fora da instituição ajudam a construir a identidade profissional. Desse modo, o estágio, ao promover a presença do aluno estagiário no ambiente de trabalho, abre espaço para a realidade, para a vida e o trabalho do profissional na sociedade. Ainda, Zabalza (2014) destaca que uma das principais contribuições do estágio é a possibilidade de integrar-se em um cenário profissional real, conhecendo e participando, diretamente, da cultura e estilo de trabalho dos profissionais.

2.1 RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou simplesmente Institutos Federais (IFs), representam um importante desafio para a educação profissional e tecnológica, porquanto, ao se procurar romper com a tradicional missão de vincular essa modalidade da educação às demandas exclusivas do mercado, entra em cena a necessidade de construção de um novo paradigma para a educação profissional. Não se trata, nesta ótica, de preparar o cidadão ou a cidadã para servir aos exclusivos interesses do mercado, como foi a tônica ao longo da

história da educação profissional, mas de qualificá-los e elevar o seu grau de escolarização, capitais imprescindíveis à efetiva participação na consolidação democrática do país (PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2009, p. 2).

Conforme o documento Concepções e Diretrizes (BRASIL, 2008c), os Institutos Federais são instituições voltadas para a educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional¹. Essa concepção prevê uma conduta articulada com a vocação produtiva do seu lócus, com o trabalho desenvolvido, com a busca de maior inserção da mão de obra qualificada nesse mesmo espaço e com a elevação do padrão de produção da matriz local, mediante o incremento de novos saberes. Enquanto política pública, os Institutos Federais assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. Nesse sentido, cada Instituto Federal deverá dispor de um observatório de políticas públicas enquanto espaço fundamental para o desenvolvimento do seu trabalho (BRASIL, 2008b).

Em se tratando do contexto da importância da educação, particularmente da educação profissional, Schwartzmann (2016, p. 17-18) afirma que se, no passado, a educação profissional era vista como uma alternativa de segunda classe para os jovens que não conseguiam ingressar nas escolas secundárias acadêmicas, hoje ela é buscada por muitos como uma opção de igual ou maior valor, tanto pelas oportunidades mais imediatas de trabalho que proporciona como pela experiência prática e possibilidade de continuar estudando e se desenvolvendo ao longo da vida, adaptando-se às inevitáveis mudanças que continuarão ocorrendo no mercado de trabalho (SCHWARTZMANN, 2016, p. 17-18).

Deste modo, Boisier (2005) diferencia as universidades de acordo com as regiões em que elas estão inseridas, afirmando que as instituições situadas nos locais que determina como “periferia da periferia” – distantes dos grandes centros – devem ser, ao menos, duas vezes mais eficazes que as situadas em grandes metrópoles, pois estas se beneficiam do processo avançado de desenvolvimento que se tem nessas regiões. Dessa forma, supor que a geração de conhecimento é a única responsabilidade das instituições de ensino é, na visão do autor, um erro fatal em uma época em que se fala sobre novos tipos de aprendizagem.

Nesta perspectiva, Schwartzman (2008) salienta que o capital social faz uma minuciosa relação entre ciência, universidade e ideologia; ele traça os meandros das relações entre as universidades em contextos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, o espaço acadêmico no mundo, a situação atual da pesquisa científica e o ensino superior na atualidade. No nível das instituições como organizações, a universidade assume posição de destaque em virtude dos alcances

¹ Como as atividades de P&D do país estão majoritariamente alocadas nos programas de pós-graduação, esse processo de desconcentração ganha maior relevância. Por um lado, porque se transforma em um vetor de propagação espacial de estruturas intensivas em conhecimento e de grande potencial de inovação científica e tecnológica, criando condições mais promissoras para o desenvolvimento das localidades nas quais se implantam. Por outro lado, porque ele fortalece, induz e abre possibilidades para a emergência de novas centralidades territoriais para além das áreas primazes, favorecendo, assim, a constituição de uma dinâmica mais equilibrada de desenvolvimento regional (MACEDO; NETO; VIEIRA, 2022, p. 83).

de mudança social que a educação comprometida com a formação integral dos alunos pode atingir.

Ainda, Schwartzman (2008), Rolim e Serra (2009) afirmam que as universidades são atores sociais de impacto em um território por proporcionar o ambiente necessário à formação profissional e intelectual das pessoas. Para os autores, essa relação está intrincada na vinculação e no comprometimento das universidades com o “futuro da região e o produto do seu trabalho, além de ter como referência a qualidade acadêmica universal, está voltado para a superação das questões da região” (ROLIM; SERRA, 2009, p. 91).

A questão da educação está ligada ao desenvolvimento regional, o que explica a necessidade de se formar e capacitar pessoas, que futuramente possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, além de possibilitar-lhes a atuação na engrenagem produtiva de potencialidades locais existentes, podendo despertar as que, porventura, estejam adormecidas. Essa visão de que podemos ser donos da nossa própria transformação econômica e social e que o desenvolvimento não se espera, mas se faz, está ligada ao desenvolvimento endógeno (BARQUERO, 2001).

Quanto às finalidades da educação profissional, Pacheco (2012) argumenta que não é, meramente, ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes e, também, habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas.

Nesse sentido, os objetivos do desenvolvimento sustentável² (ODS), também possuem extrema relevância no sentido de fortalecer a Educação, em especial o objetivo 04, que salienta a necessidade de assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. A qualidade educacional deve ser garantida em todos os níveis e modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Técnico, Ensino Profissionalizante e Ensino Superior. Ainda, até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo (ONU, 2023).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo conta com abordagem de pesquisa qualitativa, utilizando como método a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, caracterizando-se como estudo de caso (MINAYO, 2013; YIN, 2001), tendo como lócus de estudo o Instituto Federal Farroupilha - *Campus* São Borja. Salienta-se que a presente

² “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil” (ONU, 2023). Mais informações e detalhamento dos ODS podem ser acessados pelo link <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil bem como foi analisada pelo Comitê de Ética na Pesquisa, tendo sido aprovada, conforme parecer nº 4.974.371.

Para alcançar o objetivo proposto, a estratégia de coleta de dados adotada foi a pesquisa bibliográfica sobre a referida temática de estudo. No que tange à pesquisa documental, foram analisadas a documentação de estágio (termos de compromisso de estágio e plano de atividades) dos estudantes do IFFar – *Campus* São Borja que realizaram estágios não obrigatórios no período de 2011 a 2019. Logo a seguir, após o levantamento dos dados primários, foi encaminhado questionário *online* do *Google forms*, para os contatos dos *e-mails* dos estudantes. A pesquisa documental apontou que no período em análise, 96 estudantes realizaram estágios não obrigatórios, sendo que alguns já eram egressos do *Campus*. O questionário do *Google forms* foi enviado a todos esses estudantes, entretanto, obteve-se apenas 27 respostas. Os sujeitos da pesquisa foram identificados como: E1 (Estudante 01), E2, E3, E4 e assim sucessivamente até alcançar o último E27 (Estudante 27), considerando que contamos com o número total de 27 participantes. Todos os respondentes manifestaram concordância e aceite por meio do registro de consentimento livre e esclarecido.

Para o tratamento dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Bardin (2009) configura a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. São fases da análise de conteúdo: 1. Pré-análise; 2. Exploração do material; 3. Tratamento dos resultados através da inferência e da interpretação. A pré-análise se inicia a partir da leitura flutuante dos dados, seguida da preparação do material e da elaboração de indicadores. Depois é realizada a exploração do material e por fim, o tratamento dos dados mediante inferência e interpretação. A triangulação dos dados foi realizada considerando o levantamento de pesquisas bibliográficas e documental bem como a partir da análise e interpretação das respostas obtidas nos questionários do *Google forms*.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O IFFar – *Campus* São Borja/RS³ iniciou as atividades no município em 2010, buscando promover a interiorização da educação e a verticalização do ensino. O *Campus* oferta cursos em três eixos: Informação e Comunicação; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Gestão de Negócios; e as licenciaturas, visando proporcionar à comunidade local e regional, qualificação no setor de tecnologias, serviços, negócios e na formação de educadores.

No *eixo de Informação e Comunicação*, são ofertados os seguintes cursos: Técnico em Informática integrado ao ensino médio e Bacharelado em Sistemas de Informação; no *eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer*, o Curso Técnico em Eventos integrado ao ensino médio, Curso Técnico em Gastronomia Subsequente, Curso

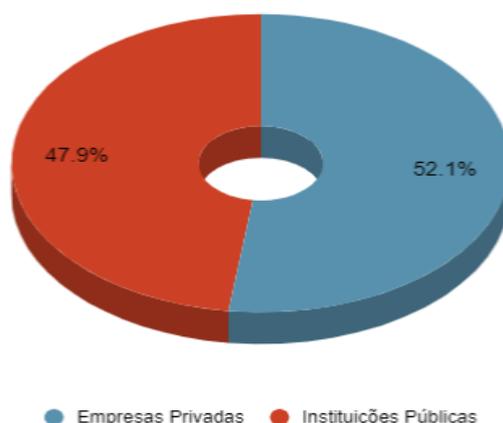
³ Conforme dados do IBGE (2021), o município de São Borja possui 59.768 habitantes, localizando-se na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, fazendo fronteira com a cidade de Santo Tomé – Argentina. A Região faz parte da Faixa de Fronteira, pois, conforme o § 2º do art. 20 da Constituição Federal, integra uma área de até 150km de largura, situada ao longo dos 15.719 km de fronteira do território brasileiro.

Técnico em Gastronomia PROEJA, Tecnologia em Gestão de Turismo e Tecnologia em Gastronomia; no *eixo de Gestão de Negócios*, o Curso Técnico em Logística; e também são ofertadas as seguintes *licenciaturas*: Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física. Ainda, conta com a oferta de dois cursos de pós-graduação *lato sensu*: Especialização em Ensino de Matemática, Ciências da Natureza e suas tecnologias e especialização em Desenvolvimento Regional, com ênfase em Turismo e Gastronomia (EaD).

A partir da análise documental nos Termos de Compromisso de Estágio dos estudantes, verificou-se a considerável participação e inserção das mulheres nos estágios, totalizando 66 participantes de gênero feminino, enquanto os homens são 30. Outro ponto importante que foi observado, é que alguns estudantes realizaram estágios em mais de um local, totalizando 15 estudantes, que após a conclusão da vigência do seu primeiro contrato de estágio, conseguiram se inserir em outra vaga, em empresas e/ou instituições diferentes, sendo o primeiro estágio um facilitador para fins de conseguir novas oportunidades.

No gráfico 1, constam detalhadas as instituições de estágio em que os estudantes tiveram inserção profissional durante o período de estágio não obrigatório:

Gráfico 1: Natureza jurídica das instituições de estágio

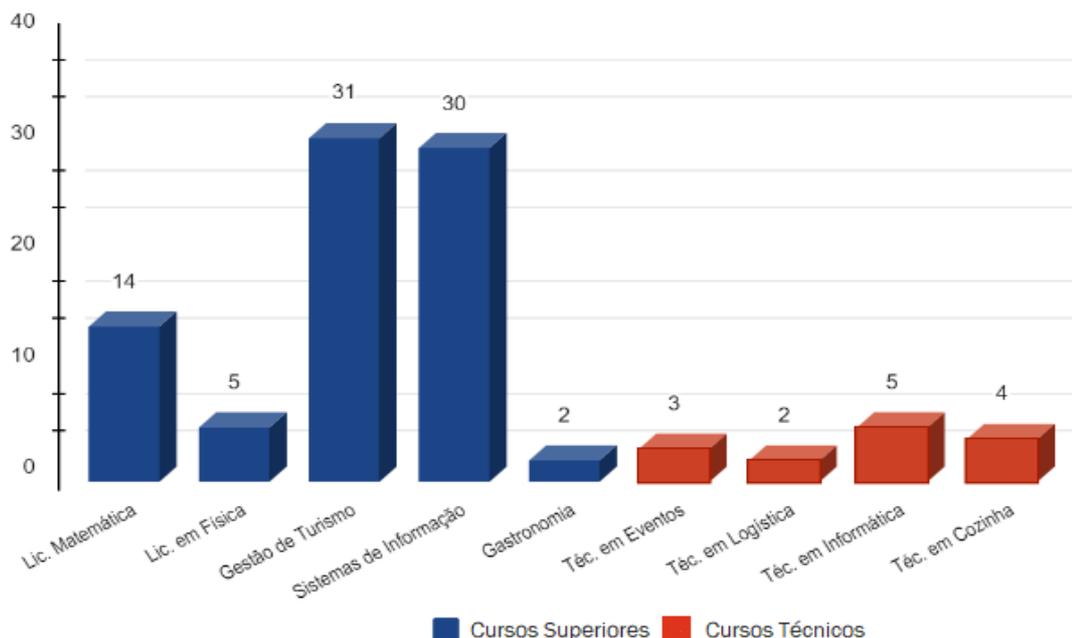


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Diante do exposto, verificou-se um quantitativo pouco maior de estudantes que realizaram seus estágios em empresas privadas (50) em relação aos que o fizeram nas Instituições/órgãos públicos (46). De modo comparativo, as oportunidades de vagas de estágio foram preenchidas de modo quase igualitário, em ambos os cenários, evidenciando a aceitabilidade e a disponibilidade de oferta de vagas.

Os cursos superiores de Tecnologia em Gestão de Turismo, Bacharelado em Sistemas de Informação e Licenciatura em Matemática lideram as áreas com maior índice de inserção nas oportunidades/vagas de estágio disponibilizadas aos estudantes, por parte das empresas/Instituições, conforme detalhado no gráfico 2.

Gráfico 2: Quantitativo de estágios por cursos

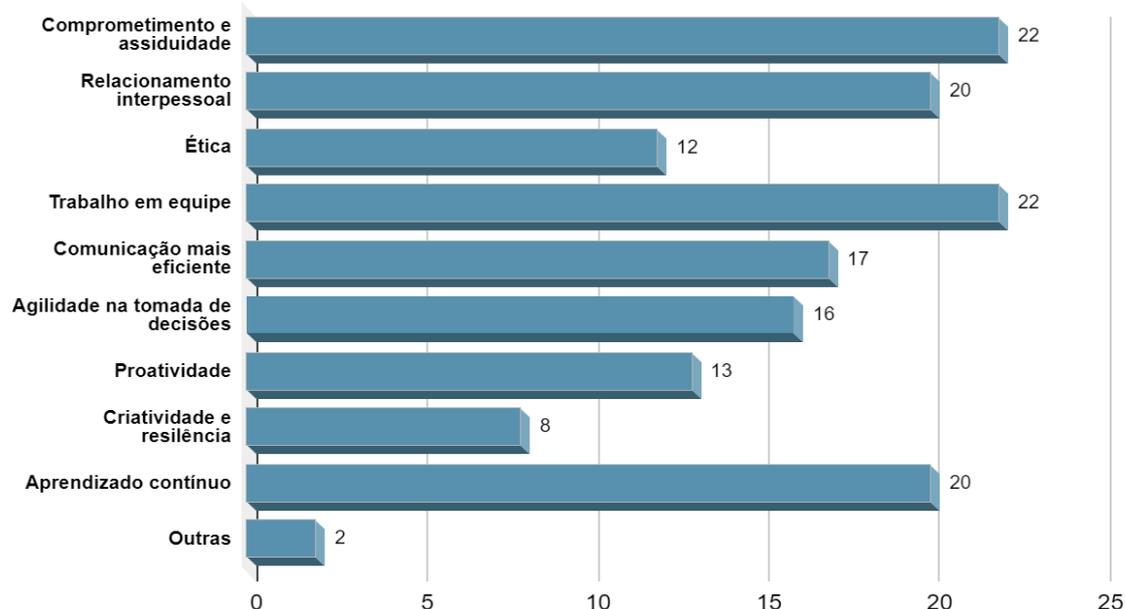


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Também se evidenciou que os estágios não obrigatórios, em sua grande maioria, foram realizados na cidade de São Borja ou nas cidades circunvizinhas (Itaqui e Maçambará), uma vez que o município de São Borja se localiza em região fronteira, ficando próxima de poucas cidades. Logo, como os estudantes precisam estar matriculados e frequentando seus respectivos cursos, para fins de manterem seus contratos de estágios ativos, as oportunidades de estágio em cidades mais distantes tornam-se impraticáveis, devido ao deslocamento e à necessidade de presencialidade nas aulas.

Ainda, foi possível identificar o valor mensal das bolsas remuneradas dos estagiários, custeadas pelas empresas e demais instituições contratantes que variou de R\$ 400,00 a R\$ 700,00 para os contratos de estágio de 20 horas, e de R\$ 700,00 a R\$ 1.100,00 para os contratos de estágio de 30 horas. Logo, considera-se que as bolsas de estágio auxiliam substancialmente na continuidade dos estudos e na renda individual de cada estudante. A partir da análise do questionário do *Google forms*, verificou-se as principais competências e habilidades profissionais desenvolvidas durante o período de estágio, a partir do relato dos estudantes, conforme o gráfico 3.

Gráfico 3: Principais competências e habilidades profissionais desenvolvidas ou aprimoradas durante o estágio



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Nesse sentido, conforme maior quantitativo de respostas, respectivamente, observaram-se as seguintes habilidades e competências profissionais, a partir da ótica dos estudantes: comprometimento e assiduidade, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, aprendizado contínuo, comunicação mais eficiente e agilidade na tomada de decisões. Deste modo, o estágio possibilitou desenvolver habilidades que apenas na teoria não seriam tão bem exploradas no contexto acadêmico, aperfeiçoando-os profissionalmente.

Para Uchoa (2015), o estágio supervisionado representa uma etapa indispensável para a consolidação da prática discente. Entende-se como o momento de solidificação de conhecimento em diversas áreas que compõem a formação teórica inicial, em que ao aluno é oferecida a oportunidade de vivenciar situações reais no contexto educacional, para que possa construir e/ou desenvolver algumas habilidades específicas, necessárias ao seu futuro desempenho, resultando em fonte de crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional.

Conforme Buriolla (1999) o estágio, por excelência, é um lugar de reflexão sobre a construção e fortalecimento da identidade, pois nele poderão ser tecidos os fundamentos e bases identitárias do profissional, uma vez que este é o lócus onde a identidade profissional é gerada, construída e fortalecida.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) a educação de qualidade é aquela que promove o domínio dos conhecimentos e desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento das necessidades individuais e sociais dos alunos bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade

justa e igualitária. É esse o sentido pleno da formação que se espera que as instituições propiciem aos alunos no processo de estágio.

Os participantes da pesquisa, ao serem questionados sobre se a experiência de estágio proporcionou mais clareza quanto às futuras escolhas profissionais (nichos de atuação), facilitando a compreensão das suas prioridades/afinidades, 81,5% (22) afirmaram que sim e 18,5% (05) mencionaram que não. Nesse sentido, a maioria compreende que o período de estágio oportunizou para além da experiência, maior prospecção acerca das suas futuras escolhas profissionais, facilitando eventuais escolhas e evidenciando futuras áreas de atuação. No quadro 1 são descritas algumas narrativas que corroboram com esse entendimento.

Quadro 1: Relação do estágio e as escolhas profissionais

Fragmentos das respostas dos estudantes
“No ambiente de trabalho conheci profissionais experientes. A partir dos ganhos deles, da carreira construída, do trabalho sério, da constante capacitação através de cursos, e das conquistas que eles tiveram, deu mais clareza para qual área profissional seguir. Considerando minhas escolhas, percebi a necessidade do constante aprimoramento na área de atuação” (E4).
“Como sou da área do Desenvolvimento de Software, consegui pôr em prática a teoria adquirida em sala de aula, foi por meio das experiências de estágio que eu defini com quais tecnologias eu queria trabalhar, então com isso já consegui focar em quais vagas e quais empresas eu poderia tentar ingressar e também tive uma ideia leve da questão salarial” (E10).
“Tinha dúvidas em que área seguir, com o estágio percebi que preciso me especializar mais, me deu um norte e a tomada de decisão de fazer uma especialização após terminar o curso superior, para poder participar de concursos ou conseguir melhores oportunidades de trabalho” (E21).
“Trabalhar em contato com o público trouxe grandes experiências, crescimento e conhecimentos. Porém me fez notar que me sinto mais à vontade trabalhando com equipes pequenas ou até mesmo sozinho, com mais concentração e agilidade em processos” (E26).

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A partir dos relatos, verifica-se que a experiência vivenciada pelos estudantes durante sua imersão de estágio, possibilitou maior abertura para relacionar a teoria com a prática, permitindo a visualização das diferentes metodologias de trabalho e/ou “modos de fazer”, bem como, maior autoconhecimento evidenciando suas próprias características individuais, objetivos e metas profissionais.

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato” (FREIRE, 2017, p. 16).

Ainda, ao serem questionados sobre o impacto que a experiência no estágio trouxe para seu desenvolvimento profissional/pessoal bem como se o período de estágio auxiliou a conseguir novas oportunidades profissionais, verificou-se repercussões significativas, especialmente no desenvolvimento e aprendizado prático, construção de networking, futuras conexões profissionais, auxiliando na construção de uma base sólida para a inserção e reconhecimento profissional, conforme descrito no quadro 2.

Quadro 2: Impacto da experiência de estágio na formação e nas oportunidades de emprego

Fragmentos das respostas dos estudantes
“Me auxiliou a conseguir futuros empregos, me ajudando a construir habilidades profissionais extremamente úteis ao meu desenvolvimento (E12).
“Me abriu portas para a aquisição de experiência, uma vez que os empresários sempre pedem experiência nas contratações, assim, acredito que tive maior facilidade e melhores atributos para ser selecionada no meu emprego atual, em uma agência de viagens” (E07).
“A partir do estágio comecei a interagir com os demais profissionais de tecnologia, onde consegui fazer um grande networking que me possibilitou trabalhar como desenvolvedor. Após a finalização do estágio fui indicado por um colega da área para assumir uma vaga de trabalho” (E18).
“Impacta demais, no nosso caso, é nos estágios que vimos coisas que a faculdade não consegue passar, então o estágio é um complemento muito importante. É como se a faculdade ensinasse a parte teórica e o estágio a parte prática, onde você consegue colocar a mão na massa e já ir tendo uma visão do mercado da sua área” (E20).
“Com o estágio em Turismo pude conhecer como é a rotina de trabalho e como é feita a seleção de novos colaboradores em uma empresa. Fiz curso de espanhol para aprimorar minha comunicação com o público estrangeiro, hoje, atuo em outra empresa da área, a experiência de estágio ajuda na seleção de vagas de trabalho e também molda nosso perfil como profissional” (E27).

Fonte: Sistematizado pelos autores (2022).

Os relatos acima, demonstram o potencial dos estágios para fins de relacionar teoria e prática, como forma de complementar a formação acadêmica, configurando-se como um elemento integrador e interdisciplinar, promovendo a inserção dos estudantes no contexto profissional real da futura profissão.

O estudo elaborado por Blaka *et al.* (2022) confirma e avança contribuições iniciais acerca da relevância do ensino profissionalizante e sua relação com o desenvolvimento regional, uma vez que a Educação Profissional e Tecnológica se apresenta como uma das possibilidades de inserção social, formação para o espaço do trabalho, obtenção de renda e sobrevivência. Entretanto, apesar dos avanços nessa área, alguns aspectos podem ser melhorados. Os autores alertam para a relevância do aumento da oferta de cursos Técnicos Profissionalizantes, como preconiza o Plano Nacional de Educação (2014) bem como para a necessidade de realização de ações educacionais com a parceria das empresas locais e regionais, como, por exemplo, para a realização de estágios, possibilitando a criação de novos e melhoria dos atuais cursos técnicos ofertados, buscando atender às expectativas da

população e necessidades sociais, econômicas e culturais locais, como possibilidade de geração de emprego à população.

Pode-se perceber o estágio como ponte para o mundo do trabalho, para além da simples execução da tarefa, embora ela faça parte desse momento, assumindo-o como espaço em que o estagiário, ao ter contato com a realidade, com suas atividades e inter-relações pode ir compreendendo, entendendo o mundo do trabalho e, até mesmo, apreendendo as especificidades construídas no exercício da profissão (SANTOS, 2009).

Ao serem questionados sobre os principais pontos positivos e negativos, a partir da experiência do estágio não obrigatório, os respondentes relataram diferentes percepções que constam compiladas e sistematizadas no Quadro 3.

Quadro 3: Síntese dos principais pontos positivos e negativos da experiência no estágio não obrigatório

Pontos Positivos	Pontos Negativos
Aprendizado na prática, novas experiências e conhecimentos;	Pouco tempo de estágio (prazo máximo 02 anos em cada empresa/Instituição);
Trabalho em equipe, cumprindo metas e prazos; Convívio com outros profissionais;	Em alguns casos há falta de recursos de infraestrutura adequadas no trabalho;
Proatividade, responsabilidade e compromisso;	Falta de tempo de alguns líderes para orientação das atividades de forma mais ativa;
Desenvolvimento pessoal e profissional;	Ausência de contribuição com o INSS;
A bolsa de estágio proporciona renda extra durante os estudos;	Ausência dos demais direitos trabalhistas (com exceção das férias);
Inserção no mercado de trabalho.	–

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos formulários da pesquisa (2022).

Deste modo, os estágios não obrigatórios possuem papel de extrema importância para a qualificação profissional dos estudantes, ressignificando suas práticas e expectativas. Os pontos apresentados como negativos justificam-se em função de o estágio não se configurar como vínculo empregatício, sendo uma prática profissional, não havendo, portanto, os mesmos direitos trabalhistas dos trabalhadores formais. Entretanto, os aspectos positivos se sobressaem aos negativos, conforme podemos analisar nas narrativas acima, compensando as eventuais dificuldades encontradas.

No que tange aos aspectos positivos, construídos ou ressignificados a partir da experiência dos estágios não obrigatórios, evidenciou-se a relação direta com o desenvolvimento humano, pessoal e intelectual, a significativa formação integral dos estudantes, a ampliação e acesso à oportunidades profissionais, internalização de novas práticas e conhecimentos, construção de identidade como futuros profissionais,

possibilitando uma formação diferenciada, com foco no protagonismo estudantil e na transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), vem consolidando-se como uma oportunidade ímpar de democratização do acesso à educação, através da oferta de uma formação de qualidade, aliada à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo inserção social, qualificação profissional e emancipação dos sujeitos.

Diante do exposto, os Institutos Federais contribuem significativamente para o desenvolvimento cultural, social, científico, tecnológico e econômico do país, tendo como foco central a interiorização da educação, proporcionando alternativas qualificadoras para o percurso formativo dos estudantes, visando à construção de competências e habilidades que possibilitem a capacidade de gerar novos conhecimentos, que poderão vir a compor cenário de transformação social, a partir de uma prática interativa com a realidade.

O que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos, capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais, imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível. A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o homem e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. É, pois, uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais (PACHECO, 2010).

Nesse sentido, as ações realizadas a partir da extensão universitária, princípio indissociável da educação superior, possuem papel fundamental de articulação junto à sociedade, ao empresariado local e demais Instituições, constituindo-se como espaços de fortalecimento da educação, de reconhecimento público, de aproximação junto à comunidade, de socialização, de trocas de experiências, de aprendizado mútuo bem como atuam como estratégias para o desenvolvimento socioeconômico local/regional e para a transformação social.

Evidencia-se a relevância das ações de extensão, mais especificamente dos estágios não obrigatórios, para o desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes, sendo um importante meio de articulação entre teoria e prática na Educação Profissional e Tecnológica bem como para a capacitação profissional, construção de identidades profissionais e autoconhecimento. A interação dialógica proporcionada a partir da experiência dos estágios não obrigatórios, configura-se como âncora para a formação de educandos (e cidadãos) mais autônomos, críticos, reflexivos e mais bem qualificados para a vida cidadã e para a inserção no universo do trabalho, ampliando saberes e horizontes.

O mundo do trabalho requer cada vez mais qualificação, sendo assim, a profissionalização é imprescindível para fins de garantir maior capilaridade e aceitabilidade nas vagas de trabalho formal e no exercício da profissão. Em estudos futuros, poderão ser geradas novas experiências de estágios não obrigatórios,

realizados de forma remota, considerando a ampliação de oportunidades de vagas que surgiram durante a pandemia do covid-19, em especial nos anos 2020 e 2021, e que não foram objeto desta pesquisa.

Como resultados, se evidenciou a relevância de uma ação de extensão, mais especificamente dos estágios não obrigatórios, para o desenvolvimento de habilidades e competências, sendo um caminho importante para a efetivação da interlocução entre teoria e prática bem como para a qualificação profissional, proporcionando amadurecimento, trocas de experiências, autoconhecimento e emancipação dos sujeitos.

Nesse sentido, as contribuições deste estudo são convergentes e confirmam a importância e efetividade da política pública de interiorização da educação proposta pelos Institutos Federais, aprimorando a Educação Profissional e a extensão universitária bem como as propostas político-pedagógicas dos estágios obrigatórios e não obrigatórios, solidificando elementos que contribuam com a missão dos Institutos Federais e seus aportes ao desenvolvimento científico-tecnológico dos territórios nos quais estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.

BARQUERO, Antonio Vasquez. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização**. Tradução: Ricardo Brinco. Fundação de Economia e Estatística. 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL, **Lei nº 11.788/2008**, de 25 de setembro de 2008. Da definição, classificação e relações de estágio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, de 26/09/2008. nº 187, Seção 1, p. 3-4. Brasília-DF, 2008a. ISSN 1677-7042.

BRASIL. **Lei nº 11.892/2008**, de 29 de dezembro de 2008. Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2008b. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, de 30/12/2008. nº 253, Seção 1, p. 1-3. Brasília-DF, 2008b. ISSN 1677-7042.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Tecnológica. **Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia: concepção e diretrizes**, 2008c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 120-A, edição extra, p. 1-7, 26 jun. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BLAKA, Rosimari de Fátima Cubas; VARGAS, Letícia Paludo; MARCHESAN, Jairo. Ensino Profissionalizante, Agenda 2030 e Desenvolvimento Regional: Uma análise do Município de Canoinhas - SC. **Educação em Revista UFMG**. 2022; 38: e35647. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469835647>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/35647>. Acesso em: 27 dez. 2022.

BOISIER, Sergio. ¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? In: **Revista de La CEPAL** 86. Agosto, 2005. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/11068-hay-espacio-desarrollo-local-la-globalizacion> Acesso em: 20 dez. 2022.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Estágio supervisionado**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DOMENECH, Marlon Cordeiro; JURASKI, Vanderlei Cristiano; MARQUES, Marcelo Volpato; DA SILVA, Viviane Menes; POZZOBOM, Ana Luíza. Pesquisa e extensão no Instituto Federal Catarinense: Uma investigação sobre as problemáticas e uma revisão de posturas da gestão institucional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 20, p. e8252, 2021. DOI: 10.15628/rbept.2021.8252. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8252>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FORPROEX. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. CORRÊA, Edison José (Org). Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/rex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 18. ed., Tradutores: Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Extensao-ou-Comunicacao-1.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2022.

GOMES, Danilo Cortez. A extensão e formação profissional como colaboração para o sertão: vivências do IFRN no Seridó Potiguar. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 14, p. e6858, 2018. DOI: 10.15628/rbept.2018.6858. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6858>. Acesso em: 24 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados - São Borja**, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>. Acesso em: 20 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - IFFar. Sítio Institucional. **Resolução CONSUP nº 078/2019**. Regulamento de Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. 2019a. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamenta%C3%A7%C3%B5es-e-legisla%C3%A7%C3%A3o/item/16288-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA>

078-2019-aprova-o-regulamento-de-atividades-de-ensino,-pesquisa-e-extens%C3%A3o-do-iffar>. Acesso em: 16 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - IFFar. Sítio Institucional. PDI - **Plano de Desenvolvimento Institucional**. IFFar 2019 - 2026. 2019b. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>>. Acesso em: 31 nov. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes; MOURA, Dante Henrique; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; OLIVEIRA, João Paulo; COSTA, Conceição Leal. Extensão e formação na educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 14, p. e7101, 2018. DOI: 10.15628/rbept.2018.7101. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7101>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.) **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000.

OLIVEIRA BASSO, Silvia Eliane; COSTA, Maria Luísa Furlan. Ampliando as possibilidades da política de extensão na educação profissional por meio da educação a distância. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 14, p. e6873, 2018. DOI: 10.15628/rbept.2018.6873. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6873>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil**. 2023. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>>. Acesso em 18 dez. 2022.

PACHECO, Eliezer. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**. São Paulo: Fundação Santillana Moderna, 2012.

PACHECO, Eliezer; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Educação profissional e tecnológica: das escolas de Aprendizes e Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **T&C Amazônia**, 2009.

PERES, Aline Neves. **Extensão na educação profissional e técnica de nível médio do Instituto Federal do Amazonas**: formação humana integral e reflexo social. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Instituto Federal do Amazonas - IFAM. 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/471>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2017.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, ciência e da cultura. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (Org.). **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC; SETEC, 2004.

RITNER, Carmem Lúcia Arruda. Estagiários e trainees. *In*: BOOG, G. (Coord.). **Manual de T&D**. São Paulo: Makron Books, 1999. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/400759116/269466482-Manual-Treinamento-e-Desenvolvimento-Gustavo-Boog-pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 87-102, set./dez. 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/16710/11109>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Eliane Regina Acácio dos. **A realidade do estágio supervisionado no ensino profissionalizante de nível médio**: um estudo sobre o curso de técnico agrícola da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste-RO. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, universidade e ideologia**: a política do conhecimento. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas. 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação Média Profissional do Brasil: situações e caminhos**. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

SECCHI, Leonardo. Extinção de Políticas Públicas: Síntese teórica sobre a fase esquecida do Policy Cycle. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, n. 66, p. 75 - 93, jan./Jun. 2015.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20 - 45, jul/dez, 2006.

UCHOA, Pablo do Nascimento. A importância do estágio supervisionado para a formação docente: um relato de experiência. **Revista Didática Sistêmica**, ISSN 1809-3108 v.17 n.2 p.43-57, 2015.

MACEDO, Fernando Cezar de; NETO, Aristides Monteiro; VIEIRA, Danilo Jorge. Crescimento e configuração regional do sistema de ensino superior brasileiro no século XXI. *In*: **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI**. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11150>>. Acesso em: 31 mar. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZABALZA, Miguel A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais de formação universitária**. São Paulo: Cortez, 2014.